



Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS

001. PROVA PREAMBULAR OBJETIVA

DEFENSOR PÚBLICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul, preferencialmente, ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do início da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CIVIL

- 01.** Júlia, aos 16 (dezesesseis) anos, mora com sua mãe Maria, que é viciada em substância tóxica. Negligenciando suas obrigações familiares, Maria perdeu, por decisão judicial, o poder familiar sobre sua filha Júlia, nomeando-se tutor para assistir Júlia em seus atos da vida civil. Maria foi internada para tratamento de saúde, com o objetivo de se recuperar do vício. Durante a internação, em razão de seu grave estado de saúde, Maria nomeou tutor, por testamento público, para assistir sua filha Júlia caso não recuperasse sua boa saúde e o poder familiar. Maria faleceu alguns meses após sua internação e, logo em seguida, Júlia casou-se com seu namorado. Diante deste cenário fático, assinale a alternativa correta.
- (A) É nula a disposição testamentária realizada por Maria para nomear tutor para Júlia e a tutela vigente cessou com o casamento da menor.
 - (B) O casamento de Júlia não interfere na tutela, devendo ser assistida nos atos de sua vida civil até que complete 18 (dezoito) anos de idade.
 - (C) Em que pese a perda do poder familiar por Maria, a eficácia do casamento de Júlia depende da autorização de sua mãe e do tutor em exercício.
 - (D) Com o falecimento de Maria, necessária a substituição do tutor por aquele indicado no testamento público confeccionado, devendo Júlia ser assistida nos atos de sua vida civil até que complete 18 (dezoito) anos de idade.
- 02.** Marcelo, menor de idade, utilizou o carro de seus pais, sem anuência destes, para ir a uma festa. Marcelo convenceu seu amigo Ricardo, igualmente menor de idade, a ir com ele, argumentando que sabia dirigir e seus pais emprestaram o carro. No caminho da festa, Marcelo bruscamente colidiu o veículo e seu amigo Ricardo ficou gravemente ferido, sendo submetido a extenso tratamento para recuperação de sua plena saúde. Sob o prisma da responsabilidade civil, é correto afirmar que
- (A) os pais de Marcelo não têm responsabilidade pelo ato de seu filho, na medida em que não autorizaram a utilização do veículo.
 - (B) Ricardo e sua família não terão direito a indenização pelos gastos com o tratamento, pois Ricardo conhecia a circunstância de que seu amigo não possuía idade e habilitação para dirigir.
 - (C) os pais de Marcelo deverão indenizar Ricardo e sua família pelos gastos com o tratamento, independentemente da apuração de culpa.
 - (D) os gastos com o tratamento deverão ser igualmente repartidos entre os pais dos amigos, em razão da hipótese configurar culpa concorrente.
- 03.** Jean decidiu adquirir um imóvel, necessitando de financiamento bancário para viabilizar a aquisição. Ao consultar determinada instituição financeira, apresentaram a Jean a opção do financiamento com pacto de alienação fiduciária. Jean aceitou o financiamento e a modalidade de garantia, comprometendo-se ao pagamento de 100 (cem) prestações de R\$ 1.000,00 (mil reais). O comprador honrou 95 (noventa e cinco) parcelas e, em seguida, perdeu seu emprego. Por essa razão, deixou de honrar as parcelas restantes. Nesse panorama, é correto afirmar que
- (A) a modalidade de garantia pactuada não admite a aplicação da teoria do adimplemento substancial, devendo a instituição financeira constituir o fiduciante em mora, consolidar a propriedade do imóvel e promover o leilão público no prazo legal.
 - (B) pela aplicação da teoria do adimplemento substancial, restará a possibilidade da instituição financeira cobrar as parcelas faltantes, abstendo-se de consolidar a propriedade do imóvel em nome do fiduciário e levá-lo à hasta pública.
 - (C) a aplicação da teoria do adimplemento substancial dependerá de previsão contratual fixando o número de parcelas mínimas para que o instituto possa aproveitar ao comprador.
 - (D) se aplica a teoria do adimplemento substancial, pela qual, considerando a boa-fé do comprador e a função social do contrato, a instituição financeira deverá absorver o prejuízo das parcelas faltantes, outorgando quitação a Jean.
- 04.** Assinale a alternativa correta acerca da usucapião de bem imóvel, de acordo com as disposições do Código Civil de 2002 e legislação de registros públicos.
- (A) A sentença declaratória de usucapião não serve de título para registro no Cartório de Registro de Imóveis.
 - (B) Ao contrário dos bens de uso comum do povo e dos bens de uso especial, os bens dominicais estão sujeitos à usucapião.
 - (C) Na usucapião extraordinária, para fins de contagem do prazo, admite-se que o possuidor acrescente à sua posse a dos seus antecessores, desde que sejam contínuas e pacíficas.
 - (D) A existência de justo título não interfere no prazo para consumação da prescrição aquisitiva.
- 05.** De acordo com o Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta acerca do direito real de superfície.
- (A) O direito de superfície pode ser estabelecido de forma perpétua, ressalvados todos os direitos do proprietário.
 - (B) Admite-se a constituição do direito de superfície por instrumento público ou particular, que deverá ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis.
 - (C) O superficiário responderá pelos encargos e tributos que incidem sobre o imóvel, não se admitindo deliberação em sentido contrário.
 - (D) O direito de superfície pode ser constituído por pessoa jurídica de direito público interno.

- 06.** Sobre o instituto da novação, é correto afirmar que:
- (A) a novação pode se dar de forma expressa ou tácita.
 - (B) na novação por substituição do devedor, em regra, há solidariedade entre o devedor original e o novo.
 - (C) a substituição do credor, em virtude de obrigação nova, não configura hipótese de novação.
 - (D) quando a novação consiste na substituição do devedor, imprescindível o consentimento deste.
- 07.** A prisão civil no direito brasileiro, atualmente,
- (A) não é admitida em caso de inadimplemento de débito alimentar e também não é admitida para a hipótese de depositário infiel.
 - (B) é admitida pelo inadimplemento de débito de natureza alimentar, mas vedada para o depositário infiel.
 - (C) é admitida para o depositário infiel, mas vedada pelo inadimplemento de débito de natureza alimentar.
 - (D) é admitida em caso de inadimplemento de débito alimentar e também é admitida para a hipótese de depositário infiel.
- 08.** Assinale a alternativa correta sobre o regime de bens e temas afins, de acordo com as disposições do Código Civil de 2002.
- (A) No regime da comunhão parcial de bens, dispensa-se a anuência do cônjuge para vender bem imóvel ao filho, desde que seja descendente comum.
 - (B) A convenção antenupcial pode ser celebrada por instrumento público ou particular.
 - (C) No regime da comunhão universal, em regra, os bens herdados não se comunicam com o cônjuge.
 - (D) Enquanto não houverem sido inventariados e partilhados os bens do casal com filho comum, o cônjuge sobrevivente não pode casar-se em regime diverso do regime da separação de bens.
- 09.** De acordo com a Lei n.º 12.318/2010, que dispõe sobre a alienação parental, assinale a alternativa correta.
- (A) Em caso de mudança abusiva de endereço, pode o juiz determinar a inversão da obrigação de levar e buscar a criança ou adolescente da residência do alienador.
 - (B) A alienação parental abrange não apenas as interferências na formação psicológica, mas também a violência física para que a criança ou adolescente cumpra as ordens do genitor.
 - (C) A lei determina que a alienação parental sancionável é aquela praticada pelo genitor, avós e outros familiares, não se estendendo ao tutor e outras pessoas que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade.
 - (D) A sanção de alteração da guarda da criança ou adolescente não pode ser cumulada com a sanção de multa ao alienador, em razão da vedação à dupla sanção.
- 10.** Assinale a alternativa correta no que tange às prestações de natureza alimentar.
- (A) Na falta dos ascendentes, a obrigação de prestar alimentos cabe aos descendentes e aos irmãos, solidariamente.
 - (B) A responsabilidade dos avós de prestar alimentos aos netos é subsidiária e complementar em relação à responsabilidade dos pais.
 - (C) A determinação de pagamento de alimentos gravídicos depende da efetiva constatação da paternidade, em virtude do princípio da irrepetibilidade das prestações alimentícias.
 - (D) O direito de pleitear alimentos prescreve em 2 (dois) anos, a contar da data em que a nasce a pretensão.
- 11.** Acerca do inventário e partilha de bens, assinale a alternativa correta.
- (A) O herdeiro que sonega bens da herança sofre a sanção civil da perda da totalidade de seu quinhão hereditário.
 - (B) Aperfeiçoada a partilha de bens e direitos, os herdeiros ficam exonerados do pagamento de dívidas do falecido.
 - (C) Havendo apenas herdeiros maiores ou menores púberes, poderá ser realizada partilha extrajudicial.
 - (D) A apresentação de título de crédito em juízo de inventário é hipótese de interrupção da prescrição.
- 12.** De acordo com a Lei n.º 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), é correto afirmar que
- (A) a prioridade no recebimento da restituição do imposto de renda não está entre as prerrogativas dos idosos.
 - (B) ao idoso é assegurada a gratuidade nos transportes coletivos, inclusive nos serviços seletivos e especiais, paralelamente prestados.
 - (C) é proibida a discriminação dos idosos nos planos de saúde, consistente na cobrança de valores diferenciados em razão da idade.
 - (D) o Poder Público tem o dever de fornecer aos idosos, gratuitamente, recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação, exceto próteses e órteses.

- 13.** No tocante à ação, adotou o Código de Processo Civil brasileiro a teoria
- (A) imanentista.
 - (B) eclética.
 - (C) da ação concreta.
 - (D) da ação como direito potestativo.
- 14.** A respeito da incidência da lei processual nova sobre processos pendentes quando do início da sua vigência, aplica-se a teoria
- (A) da unidade processual, segundo a qual a lei nova se aplica apenas aos processos ajuizados após sua entrada em vigor, evitando a retroatividade e preservando a validade dos atos processuais já praticados.
 - (B) da unidade processual, consoante a qual a lei nova deve incidir sobre todos os atos, passados e futuros do processo pendente, repetindo-se os atos praticados em desconformidade com a lei nova.
 - (C) do isolamento dos atos processuais, isto é, os atos ainda pendentes dos processos em curso se sujeitam aos comandos da lei nova, respeitada a eficácia daqueles atos já praticados de acordo com a lei antiga.
 - (D) das fases processuais, devendo cada fase (postulatória, probatória, decisória e recursal) ser compreendida como um conjunto inseparável de atos, devendo a lei nova disciplinar apenas os atos processuais de fases ainda não iniciadas.
- 15.** A regra da competência sobre competência (*kompetenzkompetenz*)
- (A) é aplicável às decisões sobre a competência da Justiça Federal.
 - (B) não se aplica ao juízo arbitral, nem às regras de competência absoluta.
 - (C) tem por escopo a solução, por órgão superior, de conflitos positivos de competência.
 - (D) não se aplica ao direito brasileiro, no qual as normas sobre competência decorrem de lei.
- 16.** Nas demandas de fornecimento de medicamentos, ajuizadas contra o Estado,
- (A) devem ser citados o Município e a União, na qualidade de litisconsortes passivos necessários.
 - (B) é vedado o chamamento ao processo da União ou do Município, realizado com espeque na solidariedade.
 - (C) não se admite a formação de litisconsórcio ativo facultativo.
 - (D) é possível a nomeação à autoria da União, com base na sua legitimidade como responsável financeira pelo Sistema Único de Saúde.
- 17.** Assinale a alternativa correta a respeito da liquidação de sentença.
- (A) A liquidação de sentença não pode ser realizada por forma diversa da estabelecida na sentença.
 - (B) Não podem ser incluídos na liquidação os juros moratórios quando não arbitrados pela sentença.
 - (C) A liquidação por artigos é julgada por sentença, da qual cabe apelação.
 - (D) Incumbe ao devedor a antecipação dos honorários periciais em fase de liquidação por arbitramento ou por artigos.
- 18.** Na liquidação da sentença, que dependa apenas de cálculo aritmético, o beneficiário da assistência judiciária
- (A) não pode se utilizar do serviço de contador judicial para apuração do crédito, salvo na hipótese de cálculos complexos e quando não for representado pela Defensoria Pública.
 - (B) não pode se utilizar do serviço de contador judicial para apuração do crédito quando for representado pela Defensoria Pública e não se tratar de cálculos complexos.
 - (C) pode se utilizar do serviço de contador judicial para apuração do crédito, ainda que seja representado pela Defensoria Pública, independentemente da complexidade dos cálculos.
 - (D) pode se utilizar do serviço de contador judicial para apuração do crédito, desde que seja representado pela Defensoria Pública, independentemente da complexidade dos cálculos.
- 19.** Contra decisão monocrática do relator, que defere a concessão de efeito suspensivo a recurso de agravo de instrumento, é cabível
- (A) mandado de segurança.
 - (B) agravo ao órgão julgador colegiado.
 - (C) recurso especial ou recurso extraordinário.
 - (D) agravo de instrumento ao Superior Tribunal de Justiça.
- 20.** A respeito do cumprimento provisório da sentença, assinale a alternativa correta.
- (A) Incide multa de 10% para o caso de não cumprimento voluntário da sentença ou depósito do equivalente no prazo de 15 dias.
 - (B) Não são devidos novos honorários de sucumbência, pelo executado, relativos à fase de cumprimento provisório de sentença.
 - (C) A penhora e a avaliação de bens depende de caução idônea prestada pelo exequente.
 - (D) A apresentação de impugnação ao cumprimento provisório de sentença independe de garantia do juízo.

21. São absolutamente impenhoráveis

- (A) os bens que estejam sob a posse de terceiros.
- (B) os direitos pleiteados em juízo pelo executado.
- (C) a sede do estabelecimento comercial.
- (D) os valores de pecúlio depositados em fundo de previdência privada PGBL.

22. Sobre a ação de alimentos e a execução de alimentos, é correto afirmar que

- (A) o rito da prisão não pode ser adotado para execução de alimentos transitórios.
- (B) o procedimento previsto para o cumprimento de sentença não se aplica às execuções de alimentos fixados em título judicial.
- (C) a morte do réu no curso da ação de alimentos acarreta sua sucessão pelo respectivo espólio.
- (D) o Ministério Público possui legitimidade para a propositura de ação de alimentos em favor de criança ou adolescente.

23. Assinale a alternativa correta a respeito das ações de despejo, conforme previsto na lei de locações de imóveis urbanos.

- (A) A liminar não pode ser concedida nas ações de despejo cujo fundamento exclusivo seja a falta de pagamento.
- (B) A ocupação do imóvel por pessoa diversa do locatário não altera a legitimidade passiva para a ação de despejo.
- (C) Acolhidos os pedidos cumulados de despejo e de cobrança de aluguéis, a execução deste não pode ter início antes da desocupação do imóvel.
- (D) A petição inicial da ação de despejo por falta de pagamento deve ser instruída com prova da propriedade.

24. No procedimento especial dos Juizados Especiais Cíveis,

- (A) a apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial depende de penhora.
- (B) não se admite agravo contra decisão que nega admissibilidade a recurso extraordinário.
- (C) o condomínio residencial não pode figurar como autor.
- (D) admite-se recurso adesivo ao recurso nominado.

DIREITO PENAL

25. Considerando a teoria do crime, assinale a alternativa correta.

- (A) Conforme entendimento jurisprudencial, é suficiente para fundamentar a aplicação do princípio da insignificância a presença de um dos seguintes elementos: mínima ofensividade da conduta do agente, ínfima periculosidade da ação, ausência total de reprovabilidade do comportamento e mínima expressividade da lesão jurídica.
- (B) O abolicionismo, ou minimalismo penal, propõe a eliminação total da pena de prisão como mecanismo de controle social e sua substituição por outro mecanismo de controle.
- (C) A teoria constitucionalista do delito preconiza que o direito penal somente poderá ser aplicado diante de condutas capazes de causar lesão (ou perigo de lesão) concreta e intolerável aos bens jurídicos com relevância penal.
- (D) Idealizado por *Günter Jakobs*, o direito penal do inimigo é considerado um direito penal de terceira velocidade, por utilizar a pena privativa de liberdade, mas, também, permitir a flexibilização de garantias materiais e processuais de todos integrantes da sociedade, podendo, inclusive, ser observado no direito brasileiro alguns institutos da lei que trata dos crimes hediondos.

26. Assinale a alternativa correta quanto ao adequado entendimento sobre a lei penal no tempo.

- (A) De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a lei penal mais grave é aplicada ao crime continuado ou ao crime permanente se sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
- (B) O princípio da retroatividade da lei benéfica, esculpido no art. 2.º, parágrafo único, do CP, não se aplica às medidas de segurança aplicadas por sentença penal transitada em julgado e em fase de execução da medida, por força do reconhecimento da semi ou total imputabilidade do agente.
- (C) A *abolitio criminis* resulta no desaparecimento do delito e todos os seus reflexos penais e civis da sentença condenatória transitada em julgado.
- (D) Dada a impossibilidade de reconhecimento de ofício de lei mais benéfica em favor do agente, pelo juízo de conhecimento após o trânsito em julgado da sentença condenatória, a parte deve formular requerimento para o reconhecimento da lei mais benéfica ao referido Juízo.

27. É correto afirmar que

- (A) o Código Penal Brasileiro adotou a teoria da equivalência dos antecedentes causais, segundo a qual tudo o que contribui para o resultado é considerado causa, exceto a concausa relativamente independente, mesmo que venha a interferir no resultado.
- (B) os crimes comissivos por omissão são aqueles em que o agente deixa de fazer o que estava obrigado e, por isso, acaba produzindo o resultado.
- (C) exclusivamente de acordo com o entendimento majoritário da doutrina, é possível a coautoria nos crimes de mão própria mesmo se o coautor não ostentar os moldes da figura incriminadora.
- (D) o crime de desobediência, previsto pelo art. 330 do Código Penal, por ter como objeto jurídico a administração pública e o cumprimento de suas ordens, não admite a transação penal contida na Lei n.º 9.099/95.

28. Assinale a alternativa correta.

- (A) A compensação de culpa deve ser aplicada para efeito de responsabilização do resultado lesivo causado no direito penal pátrio.
- (B) A culpa inconsciente ocorre quando o agente prevê o resultado, mas espera que ele não ocorra.
- (C) Para caracterização da conduta típica culposa basta a inobservância do dever de cuidado do agente.
- (D) O dolo alternativo consiste na vontade e consentimento do agente a produzir um ou outro resultado.

29. Sobre a substituição das penas privativas de liberdade, é correto afirmar:

- (A) sobrevindo condenação a pena privativa de liberdade por outro crime, o juiz da execução penal poderá deixar de converter a sanção restritiva de direitos anteriormente aplicada em fase de execução, desde que o seu cumprimento seja compatível com o da nova sanção penal.
- (B) a pena de prestação pecuniária só pode ser estabelecida em favor da vítima ou de seus descendentes.
- (C) o condenado a uma pena superior a quatro anos por crime culposos não poderá obter a substituição por restritiva de direitos.
- (D) a pena de prestação pecuniária não pode ser deduzida de eventual condenação civil, ainda que coincidentes os beneficiários.

30. De acordo com as regras da parte geral do Código Penal:

- (A) o julgador pode deixar de fixar o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade ao acusado na sentença condenatória para que essa fixação seja aplicada pelo juízo da execução criminal após análise criminológica.
- (B) após iniciada a execução de um crime e ocorrida a interrupção dessa execução por circunstâncias alheias à vontade do agente, tem-se a chamada tentativa perfeita.
- (C) a desistência voluntária consiste na interrupção da execução de um crime após o agente tê-la iniciado, enquanto que o arrependimento eficaz consiste na ação do agente para impedir que o resultado do crime ocorra depois de estar bem mais próximo de todo o processo executório da infração ou tê-lo percorrido integralmente.
- (D) são requisitos da legítima defesa: a reação a uma agressão atual ou iminente e injusta, a defesa de um direito próprio ou alheio e o elemento subjetivo.

31. Assinale a alternativa correta.

- (A) Ocorrendo a prescrição da pretensão executória, a vítima não tem à sua disposição o título executivo judicial para promover a liquidação e execução cível.
- (B) Os prazos prescricionais, configurados antes de a sentença transitar em julgado, devem ser exasperados diante da reincidência do agente.
- (C) Nos crimes contra a ordem tributária, a prescrição ocorre pelo pagamento do tributo antes do oferecimento da denúncia.
- (D) O oferecimento da denúncia ou da queixa não interrompe a prescrição.

32. Agente imputável e menor de 21 anos à época do fato criminoso ocorrido em 10 de junho de 2006. Foi denunciado como incurso no art. 157, *caput*, do CP. A denúncia foi recebida em 29 de junho de 2006 e até 01 de julho de 2014 não havia sido prolatada sentença. Diante disso, pode-se afirmar que

- (A) ocorreu a pretensão punitiva estatal, considerado o máximo da pena abstratamente cominada à infração.
- (B) ocorrerá a prescrição da pretensão punitiva estatal somente depois de decorridos seis anos da data supra mencionada (01.07.2014).
- (C) ocorrerá a prescrição da pretensão punitiva estatal somente depois de decorridos quatro anos da data supra mencionada (01.07.2014).
- (D) antes da prolação da sentença condenatória não se pode falar em ocorrência da pretensão punitiva estatal.

33. Quanto ao delito de furto, é correto afirmar que:

- (A) para a configuração da qualificadora prevista no § 5.º do art. 155 do CP (veículo transportado para outro estado ou para o exterior) basta, apenas, a caracterização de veículo, inclusive aquele movidos à eletricidade ou por tração humana ou animal.
- (B) a diferença entre o furto mediante fraude e estelionato reside na forma pela qual o agente se apropria da coisa, pois enquanto no primeiro a vítima não percebe que a coisa lhe está sendo retirada, no segundo é a própria vítima que entrega a coisa ao agente.
- (C) de acordo com o entendimento majoritário da doutrina, para caracterização da majorante do abuso de confiança basta a relação empregatícia com vínculo permanente.
- (D) não há necessidade de exame de corpo de delito quando o furto qualificado com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa deixar vestígios, bastando sua constatação por outro meio de prova.

34. É correto afirmar que no crime de roubo:

- (A) o emprego de “revólver de brinquedo” é o bastante para configurar a causa de aumento da pena prevista no inciso I do § 2.º do art. 157 do CP (emprego de arma).
- (B) no roubo impróprio, a violência ou a grave ameaça é elemento subjetivo do agente para obter a subtração do bem mesmo antes de se apossar do referido bem.
- (C) é admissível a aplicação do princípio da insignificância para esse tipo de infração penal.
- (D) o delito de porte de arma é absorvido pela figura penal qualificada, se a violência ou a grave ameaça for levada a efeito mediante o emprego do referido instrumento vulnerante e evidenciado o nexo de dependência ou de subordinação entre as duas condutas, verificando, assim, que os delitos foram praticados em um mesmo contexto fático.

35. Assinale a alternativa correta.

- (A) O disposto no art. 34 da lei de entorpecentes tipifica, em separado, a conduta de quem colabora como informante com grupo criminoso destinado ao tráfico de drogas.
- (B) Segundo entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, a incidência da causa de diminuição da pena prevista no art. 33, § 4.º, da Lei n.º 11.343/2006 retira a hediondez do crime de tráfico de drogas.
- (C) Na Lei n.º 11.343/2006, o legislador elegeu como circunstâncias preponderantes para fixação da pena, dentre aquelas prevista no art. 59 do CP, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente.
- (D) A Lei n.º 11.343/2006 prevê o aumento de pena de um sexto até um terço para o crime de tráfico quando o agente financiar a prática do delito.

36. Com relação à Lei de Execução Penal, é correto afirmar que:

- (A) o regime disciplinar diferenciado previsto no art. 52 da Lei de Execução Penal é aplicável somente aos presos condenados em cumprimento de pena privativa de liberdade.
- (B) são sanções disciplinares: a advertência verbal, repreensão, censura, suspensão ou restrição de direitos e inclusão no regime disciplinar diferenciado.
- (C) cabem apenas ao juiz da execução penal e ao Ministério Público a obrigatoriedade de visitas aos estabelecimentos prisionais.
- (D) ao condenado em regime fechado é assegurado o direito de cela individual contendo dormitório, lavatório e aparelho sanitário, contendo área mínima de 6 m² e ambiente salubre.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

37. A composição civil dos danos, da Lei n.º 9.099/95,

- (A) será admitida, apenas, nos crimes de ação privada.
- (B) será homologada pelo juiz mediante sentença irrecorrível.
- (C) se descumprida, dá ensejo à reabertura da instância penal.
- (D) não pode ser realizada quando se tratar de crime de ação pública incondicionada.

38. Com relação à sentença penal, é correto afirmar que

- (A) deverá conter, obrigatoriamente, o nome completo das partes.
- (B) é sujeita a embargos de declaração, que no rito sumárrissimo devem ser opostos no prazo de 2 (dois) dias.
- (C) fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, mas apenas se houver – por exigência legal – expresso pedido da vítima nesse sentido.
- (D) poderá reconhecer nova definição jurídica do fato descrito na denúncia, sem que seja precedida de aditamento, mesmo que aplique pena mais grave.

39. Quando o acusado não informa quem é seu advogado, o encaminhamento de cópia integral dos autos de prisão em flagrante para a Defensoria Pública é

- (A) obrigação legal da autoridade policial.
- (B) recomendável pela praxe forense, mas não tem previsão legal.
- (C) obrigatório, apenas, quando não arbitrada fiança pela autoridade policial.
- (D) decisão discricionária a ser analisada, caso a caso, pela autoridade policial.

40. Quando presentes prova do crime e indícios de autoria, a prisão preventiva pode ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares,

- (A) como garantia da ordem pública, da ordem econômica ou por conveniência da instrução criminal, apenas.
- (B) como garantia da ordem pública, da ordem econômica ou para assegurar a aplicação da lei penal, apenas.
- (C) como garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, apenas.
- (D) como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

41. A remição é instituto que se aplica

- (A) apenas aos presos definitivos, excluídos os detidos por força de medidas cautelares.
- (B) inclusive, durante o período em que o sentenciado esteja impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho.
- (C) a presos em regime fechado ou semiaberto, não podendo dela se valer o preso que cumpre pena em regime aberto.
- (D) por disposição legal, quando o sentenciado trabalha; por criação jurisprudencial não positivada, também pode diminuir a pena daquele que estuda.

42. Reformando decisão anterior, o STF, em recurso regimental, recentemente decidiu, nos autos da ação penal 470 (“mensalão”), que

- (A) os condenados com mais de 70 (setenta) anos não têm, como regra, direito a prisão domiciliar.
- (B) os condenados com doenças graves não têm direito a prisão domiciliar.
- (C) o trabalho externo é direito dos condenados, sem necessidade de cumprimento de 1/6 da pena, seja qual for o regime de cumprimento.
- (D) os condenados em regime inicial semiaberto não precisam cumprir 1/6 da pena para ter direito ao trabalho externo.

43. Regra estabelecida pelo art. 202 da Lei de Execução Penal: salvo para instruir processo pela prática de nova infração, as anotações referentes à condenação não constarão da folha corrida, de atestados ou certidões a partir

- (A) do cumprimento ou extinção da pena.
- (B) de 5 (cinco) anos contados da extinção da pena.
- (C) de julgado procedente o incidente de reabilitação.
- (D) do início do cumprimento da pena em regime aberto.

44. Concedido perdão pelo ofendido/querelante, em ação privada, o juiz intima o ofensor/querelado para dizer se o aceita. O silêncio do intimado
- (A) não produz nenhum efeito, devendo o procedimento seguir sua marcha.
 - (B) não produz nenhum efeito, devendo o juiz determinar que o Ministério Público assuma a ação penal.
 - (C) será interpretado como aceitação, devendo o juiz julgar extinta a punibilidade.
 - (D) será interpretado como aceitação, devendo o juiz proferir sentença de absolvição.

45. De acordo com os estritos termos do art. 127 da LC 80/94, são garantias dos membros da Defensoria Pública do Estado, sem prejuízo de outras que a lei estadual estabelecer, a independência funcional no desempenho de suas atribuições,

- (A) bem como a irredutibilidade de vencimentos, apenas.
- (B) a inamovibilidade e a irredutibilidade de vencimentos, apenas.
- (C) a inamovibilidade, a irredutibilidade de vencimentos e a estabilidade, apenas.
- (D) a inamovibilidade, a irredutibilidade de vencimentos, a estabilidade e a imediata vitaliciedade.

46. No rito especial do Tribunal do Júri, contra a sentença de absolvição sumária e a de impronúncia caberá

- (A) apelação, em ambos os casos.
- (B) recurso em sentido estrito, em ambos os casos.
- (C) apelação e recurso em sentido estrito, respectivamente.
- (D) recurso em sentido estrito e apelação, respectivamente.

47. A reclamação, que tem rito previsto na Lei n.º 8.038/90,

- (A) não poderá ser formulada pelo Ministério Público.
- (B) não admite expressamente que decisão liminar suspenda o processo ou o ato impugnado.
- (C) admite que qualquer interessado impugne o pedido do reclamante.
- (D) tem cabimento unicamente para garantir a autoridade das decisões do respectivo Tribunal.

48. Considere que é efetivada a citação por hora certa e, mesmo assim, o acusado não comparece para se defender e nem constitui advogado. Nessa hipótese

- (A) ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, com possibilidade de produção antecipada de provas.
- (B) ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, com possibilidade de imediata decretação de prisão preventiva.
- (C) ser-lhe-á nomeado defensor dativo e o processo seguirá seu curso.
- (D) será tentada a citação por edital, com prazo de 15 (quinze) dias.

DIREITO CONSTITUCIONAL

49. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

- (A) juntas comerciais.
- (B) desapropriação.
- (C) trânsito e transporte.
- (D) registros públicos.

50. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre

- (A) propriedade territorial rural.
- (B) produtos industrializados.
- (C) transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- (D) transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.

51. No que se refere à interpretação da natureza jurídica do preâmbulo da Constituição, segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:
- (A) o preâmbulo da Constituição é normativo, apresentando a mesma natureza do articulado da Constituição e, conseqüentemente, serve como paradigma para a declaração de inconstitucionalidade.
 - (B) o preâmbulo da Constituição não constitui norma central, não tendo força normativa e, conseqüentemente, não servindo como paradigma para a declaração de inconstitucionalidade.
 - (C) o preâmbulo da Constituição possui natureza histórica e política, entretanto, se situa no âmbito dogmático e, conseqüentemente, serve como paradigma para a declaração de inconstitucionalidade.
 - (D) o preâmbulo da Constituição possui natureza interpretativa ou unificadora e traz sentido às categorias jurídicas da Constituição e, portanto, trata-se de norma de reprodução obrigatória nas Constituições estaduais.
52. No que se refere à Hermenêutica Constitucional, é correto afirmar que:
- (A) há hierarquia entre normas constitucionais originárias, admitindo-se a declaração de inconstitucionalidade de determinada norma em face de outra, gerando assim declaração das normas constitucionais inconstitucionais.
 - (B) o princípio da unidade da Constituição prevê que o intérprete deve considerar o texto na sua globalidade de forma a se evitarem contradições e antinomias entre normas constitucionais.
 - (C) o princípio da unidade da Constituição permite ao intérprete larga discricionariedade, que favorece o subjetivismo voluntarista das conseqüências políticas.
 - (D) o princípio da interpretação conforme a Constituição permite que na resolução de problemas jurídico-constitucionais deve dar-se primazia aos critérios ou pontos de vista que favoreçam a integração política e social e o reforço da unidade política.
53. No que tange ao controle de constitucionalidade no âmbito estadual, é correto afirmar que
- (A) cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Federal, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.
 - (B) cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, desde que com atribuição exclusiva da legitimação para agir ao Procurador-Geral da Justiça.
 - (C) cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.
 - (D) cabe aos Estados, por meio da Justiça Comum, o controle difuso da constitucionalidade, sendo vedado expressamente no texto constitucional o controle concentrado da constitucionalidade no âmbito estadual.
54. Caberá arguição de descumprimento de preceito fundamental:
- (A) somente e exclusivamente em face de atos do poder público, excluídos os que tenham natureza normativa.
 - (B) quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição.
 - (C) quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo, exceto os atos municipais.
 - (D) quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, excluídos os anteriores à Constituição, que é denominado pela doutrina de direito pré-constitucional.
55. No que se refere à eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, é correto afirmar que
- (A) as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação mediata, vez que não há direito fundamental absoluto.
 - (B) os direitos e garantias expressos na Constituição excluem outros dos Tratados Internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
 - (C) as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
 - (D) as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação mediata e direta.

56. É correto afirmar que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos
- (A) que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por maioria dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis complementares.
 - (B) que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
 - (C) que forem aprovados, em sessão unicameral pelo Congresso Nacional, por maioria absoluta, serão equiparados às emendas constitucionais.
 - (D) que forem aprovados pelo Congresso Nacional por meio de Decreto Legislativo serão equivalentes às leis complementares.
57. É legitimado para propor a edição, a revisão ou o cancelamento de súmula vinculante:
- (A) o Presidente do Senado Federal.
 - (B) a mesa do Congresso Nacional.
 - (C) o Defensor Público do Estado.
 - (D) o Defensor Público-Geral da União.
58. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, são brasileiros natos:
- (A) os nascidos no estrangeiro, de pai e mãe brasileiros, desde não estejam a serviço da República Federativa do Brasil e independentemente de qualquer outra condição.
 - (B) os nascidos no estrangeiro, de pai e mãe brasileiros, desde que ambos estejam a serviço da República Federativa do Brasil e optem antes da maioridade pela nacionalidade brasileira.
 - (C) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, mesmo que estejam a serviço de seu país.
 - (D) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
59. No que se refere à Teoria da Inconstitucionalidade por arrastamento ou atração, é correto afirmar que
- (A) o Supremo Tribunal Federal ainda não se manifestou acerca desta proposta eminentemente doutrinária.
 - (B) não se coaduna com o sistema de controle de constitucionalidade do Brasil, em especial porque não se liga aos limites objetivos da coisa julgada e à produção dos efeitos *erga omnes*.
 - (C) se relaciona e se encontra intimamente ligado aos limites objetivos da coisa julgada e à produção dos efeitos *erga omnes*.
 - (D) com fundamento nesta teoria, o Poder Legislativo não pode elaborar lei de conteúdo idêntico ao do texto objeto de ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.
60. O Direito Fundamental de Manifestação é consagrado no texto constitucional nos seguintes termos:
- (A) todos podem reunir-se pacificamente sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
 - (B) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ou fechados ao público, independentemente de autorização, mesmo que frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
 - (C) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, mesmo que frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sem a exigência de prévio aviso à autoridade competente.
 - (D) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que previamente autorizados por autoridade competente e que não frustrem outra reunião previamente e anteriormente requerida e convocada para o mesmo local.

61. A expressão regime jurídico-administrativo é utilizada para designar

- (A) os regimes de direito público e de direito privado a que pode submeter-se a Administração Pública.
- (B) o conjunto das prerrogativas e restrições a que está sujeita a Administração Pública e que não se encontram nas relações entre particulares.
- (C) as restrições a que está sujeita a Administração Pública, sob pena de nulidade do ato administrativo, excluindo-se de seu âmbito as prerrogativas da Administração.
- (D) as prerrogativas que colocam a Administração Pública em posição de supremacia perante o particular, excluindo-se de seu âmbito as restrições impostas à Administração.

62. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis

- (A) aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- (B) aos brasileiros e aos estrangeiros, igualmente, nos termos específicos previstos nas leis de cada ente federativo.
- (C) aos brasileiros que preencham os requisitos previstos em lei, excluindo-se qualquer forma de acesso por estrangeiros.
- (D) aos brasileiros que preencham os requisitos legais e aos estrangeiros, se houver reciprocidade em favor dos brasileiros no exterior.

63. Sobre os poderes inerentes à Administração Pública, é correto afirmar que

- (A) o poder normativo ou regulamentar atribuído à Administração Pública permite a edição de atos normativos originários, por competência própria, outorgada pela Constituição.
- (B) o exercício do poder disciplinar visa apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos, não sendo aplicado o contraditório e a ampla defesa no âmbito do processo administrativo.
- (C) a organização hierárquica é atribuição exclusiva do Poder Executivo, havendo, portanto, somente nesse âmbito, incidência do poder hierárquico.
- (D) o poder de polícia é a atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.

64. Considerando as várias formas de gestão de serviços públicos previstas no direito brasileiro, é correto afirmar que

- (A) é possível a gestão associada de serviços públicos entre entes federativos, por meio de convênios de cooperação ou consórcios públicos.
- (B) a execução direta de serviços públicos, prevista na Constituição Federal, é aquela realizada, tão somente, pela Administração Direta.
- (C) a Administração Pública é plenamente livre para escolher a forma de gestão do serviço público, se por execução direta ou delegada, por instrumento contratual.
- (D) atividades exclusivas do Estado, delegáveis por sua própria natureza, poderão ser objeto de concessão, permissão ou autorização de serviço público.

65. Em relação à desapropriação, tendo em vista a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- (A) a invasão do imóvel é causa de extinção do processo expropriatório para fins de reforma agrária.
- (B) na desapropriação direta ou indireta, a taxa dos juros compensatórios é de 6% (seis por cento) ao ano.
- (C) os honorários de advogado em desapropriação direta são calculados sobre a diferença entre a indenização e a oferta, corrigidas monetariamente.
- (D) a previsão do Decreto-lei n.º 3.365/41, que permite que a imissão provisória seja feita independente da citação do réu, mediante depósito, é inconstitucional.

66. O Regime Diferenciado de Contratação, instituído pela Lei Federal n.º 12.462/11,

- (A) é obrigatório para a construção e/ou reforma de estádios, aeroportos e obras de infraestrutura.
- (B) prevê o critério de julgamento pelo maior retorno econômico para os contratos que resultem em receita para a Administração Pública.
- (C) prevê que a publicidade do orçamento estimado para a contratação se dará apenas após o encerramento da licitação.
- (D) poderá ser utilizado para aquisição de medicamentos e equipamentos médicos no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

67. Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre aspectos do processo administrativo.
- (A) É legítima a exigência de depósito prévio ou arrolamento prévio de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
 - (B) No processo administrativo para imposição de multa de trânsito, é necessária somente a notificação da autuação, com a consequente imposição da pena se não houver defesa do autuado.
 - (C) É obrigatória a presença de advogado em todas as fases do processo administrativo disciplinar, sob pena de violação da Constituição Federal.
 - (D) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
68. Assinale a alternativa que corretamente analisa aspectos da improbidade administrativa.
- (A) A autoridade administrativa, que representar ao Ministério Público para solicitar o sequestro de bens do agente que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público, poderá deixar de instaurar ou extinguir o processo administrativo que verse sobre os fatos.
 - (B) Os Senadores e Deputados Federais gozam da imunidade parlamentar, mas, no entanto, como essa se refere à responsabilidade criminal e a improbidade administrativa não constitui crime, não há impedimento para a aplicação da Lei Federal n.º 8.429/92 aos parlamentares.
 - (C) Os particulares em colaboração com o Poder Público, que atuem sem vínculo de emprego, mediante delegação, requisição ou espontaneamente não poderão ser considerados sujeitos ativos para fins de prática de sujeição à lei de improbidade administrativa.
 - (D) A jurisprudência admite que haja caracterização de improbidade por conduta culposa em todas as hipóteses de atos de improbidade previstos na Lei Federal n.º 8.429/92, sobretudo em relação à presunção de culpa quando demonstração de enriquecimento sem causa.
69. Recentemente, o controle da Administração Pública ganhou um novo instrumento com a edição da Lei Federal n.º 12.846/12, que se tornou conhecida como lei anticorrupção. Essa lei possui como uma de suas características a
- (A) previsão de hipóteses de responsabilidade subjetiva, por ato lesivo culposo ou doloso, praticado por pessoa jurídica, que cause dano à Administração Pública nacional ou estrangeira.
 - (B) aplicação exclusiva às empresas privadas, não cabendo estender-se a possibilidade de responsabilização prevista pela lei em questão às empresas estatais, ainda que estas prestem atividade econômica.
 - (C) possibilidade de responsabilização nas esferas administrativa e judicial, cabendo à Administração Pública a apuração do ilícito, a aplicação das sanções e a apuração dos danos a serem ressarcidos.
 - (D) imposição, como sanção, de multa no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 30% (trinta por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos.
70. Prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/00) que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita
- (A) deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e estar acompanhada de medidas de compensação, por meio do aumento de receitas.
 - (B) deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos três seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e no plano plurianual, além estar acompanhada de medidas de compensação, por meio do aumento de receitas ou diminuição de despesas.
 - (C) deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência, além de estar acompanhada de medidas de compensação, como a redução dos cargos em comissão e a dispensa dos servidores não efetivos.
 - (D) deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e estar acompanhada de medidas de compensação, por meio da diminuição de despesas em 30% (trinta por cento).

DIREITO DO CONSUMIDOR

71. É princípio norteador da política nacional das relações de consumo:

- (A) reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo, desde que hipossuficiente financeiro.
- (B) ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor pela presença do Estado no mercado de consumo.
- (C) racionalização e melhoria dos serviços privados de consumo.
- (D) incentivo à criação pelas defensorias públicas de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços.

72. No que tange à colocação de produto de alto grau de periculosidade à saúde ou segurança no mercado de consumo, é correto afirmar que

- (A) o fornecedor deve, expressamente, na embalagem ou rótulo, destacar a alta periculosidade inerente ao produto.
- (B) cabe privativamente à União, sempre que tiver conhecimento da alta periculosidade de um produto à saúde ou segurança dos consumidores, informá-los a respeito.
- (C) o fornecedor que, posteriormente à introdução de produto no mercado de consumo, tiver conhecimento de sua alta periculosidade, deverá comunicar o fato imediatamente às autoridades competentes e aos consumidores, mediante anúncios publicitários.
- (D) os anúncios publicitários informativos da alta periculosidade de determinado produto devem ser realizados, exclusivamente, em mídia televisiva, às expensas do Procon quando o fornecedor não tiver condições financeiras para tanto.

73. Assinale a alternativa correta, no que concerne aos vícios de quantidade do produto.

- (A) O fabricante responde objetivamente e o comerciante subsidiariamente.
- (B) O consumidor poderá exigir, à sua escolha, a substituição do produto por outro da mesma espécie, marca ou modelo, sem os aludidos vícios ou de qualidade superior, sem custos adicionais.
- (C) O consumidor poderá exigir a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos, somente quando impossível a substituição do produto.
- (D) O fornecedor imediato será responsável objetivamente quando fizer a pesagem ou a medição e o instrumento utilizado não estiver aferido segundo os padrões oficiais.

74. Em relação ao direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, é correto afirmar que:

- (A) inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.
- (B) caduca em sessenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
- (C) caduca em cento e vinte dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- (D) obsta a decadência, a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante qualquer órgão de defesa do consumidor até a cientificação do fornecedor acerca de seus termos.

75. No fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, é correto afirmar que:

- (A) o fornecedor deverá informar prévia e adequadamente o consumidor sobre a soma total a pagar, com e sem financiamento.
- (B) as multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo não poderão ser superiores a dez por cento do valor da prestação.
- (C) o fornecedor deverá informar, posterior e adequadamente, o consumidor sobre o montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros, quando houver mudança nas condições do mercado de crédito.
- (D) é assegurado ao consumidor a liquidação antecipada do débito, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos, desde que corresponda à totalidade do valor em aberto.

76. Sobre publicidade nas relações de consumo, é correto afirmar que:

- (A) o meio de comunicação, na publicidade de produtos ou serviços por ele veiculados, manterá em seu poder, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem.
- (B) é enganosa quando induza o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.
- (C) é abusiva por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.
- (D) o ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem as patrocina.

77. No procedimento para aplicação de medida socioeducativa,

- (A) é possível a desistência de outras provas em face da confissão do adolescente.
- (B) deve-se desistir de outras provas em face da confissão do adolescente.
- (C) é nula a desistência de outras provas em face da confissão do adolescente.
- (D) não se ouve o depoimento do adolescente.

78. Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial. A autorização não será exigida quando

- (A) viajar na companhia de pessoa maior de idade, sem necessidade de outras formalidades.
- (B) viajar na companhia de ascendente ou colateral maior, até o quarto grau, sem necessidade de outras formalidades.
- (C) se tratar de viagem a qualquer unidade da Federação, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.
- (D) se tratar de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana.

79. A sentença que destituir ambos ou qualquer dos genitores do poder familiar fica sujeita

- (A) a recurso inominado, que deverá ser recebido apenas no efeito devolutivo.
- (B) a apelação, que deverá ser recebida apenas no efeito devolutivo.
- (C) a apelação, que deverá ser recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo.
- (D) a apelação que, por falta de amparo legal, será recebida nos efeitos que o Juízo considerar necessário.

80. Quanto ao adolescente e seu direito ao trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Se portador de necessidades especiais, não poderá exercer atividade laborativa, exceto se houver acompanhamento especializado médico.
- (B) É vedado o trabalho noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte.
- (C) Garante-se o acesso e frequência ao ensino obrigatório, que não poderá ter frequência noturna.
- (D) Ao adolescente até dezoito anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem e atividade compatível com seu desenvolvimento.

81. Assinale a alternativa correta.

- (A) A prescrição penal, em sendo matéria de natureza material penal, é incompatível com as características das medidas socioeducativas.
- (B) Não poderá haver internação de adolescente por prática de ato infracional antes da prolação da sentença.
- (C) No regime de semi-liberdade, possibilita-se a realização de atividades externas, mediante autorização judicial.
- (D) O adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, devendo ser informado acerca de seus direitos.

82. Sobre a adoção, é correto afirmar que

- (A) é medida excepcional e irrevogável.
- (B) pode ser concedida por procuração.
- (C) o adotando deve contar com, no máximo, dezoito anos à data da concessão.
- (D) podem adotar os maiores de vinte um anos.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

83. A tutela dos direitos coletivos em sentido amplo poderá ser exercida quando se tratar de

- (A) direitos difusos, assim entendidos, os transindividuais de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas ou não, ligadas por circunstâncias de fato.
- (B) direitos coletivos em sentido estrito, assim entendidos, os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.
- (C) direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum ou não, que afetem grande quantidade de pessoas.
- (D) direitos individuais heterogêneos, assim entendidos aqueles decorrentes de infração cometida pelo agente do ato, que afetem pessoas no âmbito nacional.

84. Em relação à ação civil pública, é correto afirmar que

- (A) poderá ser ajuizada ação cautelar objetivando, inclusive, evitar o dano à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos, dentre outros.
- (B) a Defensoria Pública terá legitimidade para a sua propositura, caso o interesse objeto da demanda envolva exclusivamente pessoas hipossuficientes financeiramente.
- (C) o Ministério Público, se não intervier no processo como parte, terá a faculdade de atuar como fiscal da lei.
- (D) na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, desde que haja requerimento do autor.

85. Em relação às ações civis para a tutela de direitos coletivos em sentido amplo, ajuizadas nos termos do Estatuto do Idoso, assinale a alternativa correta.

- (A) Transitada em julgado a sentença que impuser condenação ao Poder Público, o juiz determinará a remessa de peças à autoridade competente, para a apuração de responsabilidades, restritas ao âmbito administrativo, do agente a que se atribua a ação ou omissão.
- (B) Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente, vedada a designação de justificação prévia.
- (C) Os valores oriundos de multas impostas no transcorrer da ação reverterão ao Fundo do Idoso, onde houver, ou na falta deste, ao Fundo Municipal de Assistência Social, ficando vinculados ao atendimento ao idoso.
- (D) Não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, salvo comprovada má-fé.

86. No que tange ao mandado de segurança coletivo, é correto asseverar que

- (A) a sua impetração induz litispendência para as ações individuais.
- (B) cabe contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- (C) os direitos difusos podem ser por ele protegidos.
- (D) se equiparam à condição de autoridade coatora, dentre outros, os órgãos de partidos políticos e os administradores de entidades autárquicas.

87. No que concerne às ações civis públicas destinadas à proteção de interesses coletivos ou difusos das pessoas portadoras de necessidades especiais, é correto afirmar que

- (A) não poderão ser propostas por sociedade de economia mista, ainda que esta inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção das pessoas portadoras de necessidades especiais.
- (B) a sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.
- (C) a sentença terá eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes*, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente.
- (D) em caso de desistência ou abandono da ação, o Ministério Público, exclusivamente, assumirá a sua titularidade ativa.

88. Sobre a ação popular, é correto afirmar que
- (A) a Defensoria Pública é parte legítima para o seu ajuizamento.
 - (B) é facultado a qualquer legitimado habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação, desde que haja concordância deste.
 - (C) a sentença que, julgando procedente a ação, decretar a invalidade do ato impugnado, condenará ao pagamento de perdas e danos os responsáveis pela sua prática e os beneficiários dele, ressalvada a ação regressiva contra os funcionários causadores de dano, apenas quando incorrerem em dolo.
 - (D) é permitido à União, ao Distrito Federal, aos Estados e aos Municípios, ainda que hajam contestado a ação, promover, em qualquer tempo, e no que as beneficiar a execução da sentença contra os demais réus.

DEFENSORIA PÚBLICA

89. Sobre a concessão de assistência judiciária em ação judicial, assinale a alternativa correta.
- (A) A parte gozará do referido benefício mediante simples afirmação, com presunção *iuris tantum* de veracidade.
 - (B) Poderá ser concedida com base exclusivamente em parâmetros subjetivos fixados pelo próprio julgador.
 - (C) Independe de qualquer requerimento, bastando estar representada pela Defensoria Pública, que já estabeleceu critérios para atendimento.
 - (D) Pode ser requerida a qualquer tempo, desde que a parte demonstre não receber mais de dez salários-mínimos mensais, nos termos legais.
90. O Defensor Público
- (A) está impedido de propor ação contra a Fazenda Pública que os remunere.
 - (B) não faz jus aos honorários advocatícios quando atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença.
 - (C) pode exercer paralelamente a advocacia privada, desde que lei estadual o permita.
 - (D) possui capacidade postulatória para defender por meio de ação civil pública direitos individuais.

91. Nos termos da Lei Complementar Federal n.º 80/94, a capacidade postulatória do Defensor Público decorre
- (A) de inscrição nos quadros da OAB.
 - (B) da juntada de declaração de hipossuficiência.
 - (C) da publicação no Diário Oficial indicando a competência territorial de suas funções.
 - (D) exclusivamente de sua nomeação e posse no cargo público.
92. Sobre as garantias e prerrogativas dos membros da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, assinale a alternativa correta.
- (A) O membro da Defensoria Pública, após três anos de efetivo exercício, será considerado estável na carreira e somente poderá ser demitido por sentença judicial transitada em julgado.
 - (B) O membro da Defensoria Pública, nos crimes comuns e de responsabilidade, será processado e julgado, originariamente, pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) A prisão ou detenção de membro da Defensoria Pública, em qualquer circunstância, será imediatamente comunicada ao Defensor Público-Geral, sob pena de responsabilidade de quem não a fizer.
 - (D) O membro da Defensoria Pública está sujeito a regime jurídico comum e goza das garantias da inamovibilidade e da irredutibilidade de subsídio, bem como de independência no exercício de suas funções.
93. O membro da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul pode
- (A) requisitar, de qualquer autoridade pública e de seus agentes ou de entidade privada, processos, exames, certidões, perícia, vistorias, diligências, documentos, informações e quaisquer esclarecimentos necessários ao exercício de suas atribuições.
 - (B) exercer cargo de magistério superior, público ou particular, desde que se trate de curso que tenha matéria jurídica em seu programa de ensino, vedado, em qualquer hipótese, o desempenho de função de direção administrativa ou técnica de estabelecimento de ensino.
 - (C) tirar férias anuais, por sessenta dias, coletivas ou individuais, e na impossibilidade de gozá-las contarão para efeito de disponibilidade, o período não gozado, garantindo-se a vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos.
 - (D) exercer qualquer das funções inerentes a seu cargo ou administrativas, quando licenciado e desempenhar qualquer função pública ou particular de qualquer natureza.

94. Assinale a alternativa correta.

- (A) A assistência judiciária é um serviço público organizado, consistente na defesa em juízo do assistido, que deve ser oferecido pelo Estado, que não pode ser desempenhado por entidades não estatais, por impossibilidade de delegação, para o exercício de tal atividade perante o Poder Judiciário, podendo ser considerado serviço de assistência judiciária o patrocínio gratuito da causa colocado a disposição de pessoas determinadas.
- (B) A justiça gratuita é um instituto estritamente da seara processual, sendo essencial para o desenvolvimento do processo, sem o qual o beneficiário não poderá ter uma efetiva participação no processo, pois não poderá convalidar os atos que dependam do pagamento de despesas judiciais.
- (C) A expressão assistência jurídica integral e gratuita significa o atendimento profissional na esfera judicial, tutelando os interesses das pessoas necessitadas na esfera judicial, posto que na esfera administrativa não se exige capacidade postulatória.
- (D) A assistência judiciária se confunde com justiça gratuita, abrangendo o acesso aos serviços profissionais do advogado e dos demais auxiliares da justiça, inclusive os peritos, seja mediante a Defensoria Pública ou da designação de um profissional liberal pelo Juiz.

DIREITOS HUMANOS

95. “Direito à segurança da pessoa ou à proteção do Estado contra violência ou lesão corporal cometida, quer por funcionários de Governo, quer por qualquer indivíduo, grupo ou instituição” é um compromisso dos Estados partes que consta da
- (A) Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
 - (B) Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.
 - (C) Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.
 - (D) Convenção sobre os Direitos da Criança.

96. Nos termos do art. 67 da Convenção Americana de Direitos Humanos, “A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos será definitiva e inapelável. Em caso de divergência sobre o sentido ou alcance da sentença, a Corte interpretá-la-á, a pedido de qualquer das partes, desde que o pedido seja apresentado dentro de

- (A) noventa dias a partir da data da notificação da sentença”.
- (B) sessenta dias a partir da data da notificação das partes”.
- (C) trinta dias a partir da data da notificação das partes”.
- (D) dez dias a partir da data da notificação da sentença”.

97. A Convenção de Genebra, de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados, estabelece que as medidas restritivas impostas ao emprego de estrangeiros, para a proteção do mercado nacional de trabalho, não serão aplicáveis aos refugiados que preencham uma das seguintes condições:

- (A) ter um filho que possua a nacionalidade do país de origem.
- (B) ter vários filhos que não possuam nacionalidade do país de residência.
- (C) contar três anos de residência no país.
- (D) contar dois anos de residência no país.

98. “Os Estados membros têm a obrigação de respeitar e garantir o exercício dos direitos reconhecidos nos tratados internacionais em que são partes e em suas legislações internas, eliminando os obstáculos que afetem ou limitem o acesso à Defensoria Pública, de maneira que se assegure o livre e pleno acesso à justiça”. Esta é uma afirmação estabelecida em Resolução da

- (A) Organização dos Estados Americanos – OEA.
- (B) Secretaria Especial de Direitos Humanos.
- (C) Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- (D) Organização das Nações Unidas – ONU.

99. Segundo o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, dentre os “crimes contra a humanidade”, o extermínio é definido como aquele que compreende

- (A) dirigir intencionalmente ataques ao pessoal, instalações, material, unidades ou veículos que participem numa missão de manutenção da paz.
- (B) a privação intencional e grave de direitos fundamentais em violação do direito internacional, por motivos relacionados com a identidade do grupo ou da coletividade em causa.
- (C) atacar ou bombardear, por qualquer meio, cidades, vilarejos, habitações ou edifícios que não estejam defendidos e que não sejam objetivos militares.
- (D) a sujeição intencional a condições de vida, tais como a privação do acesso a alimentos ou medicamentos, com vista a causar a destruição de uma parte da população.

100. A Carta das Nações Unidas preconiza, em seu art. 13, que a Assembleia Geral iniciará estudos e fará recomendações destinados a

- (A) determinar a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão, e decidirá que medidas deverão ser tomadas, a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais.
- (B) promover cooperação internacional no terreno político e incentivar o desenvolvimento progressivo do direito internacional e a sua codificação.
- (C) levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais.
- (D) determinar as condições pelas quais a Corte Internacional de Justiça estará aberta a outros Estados.

